



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

17ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ajuda Memória

Nos dias **03 e 04 de julho de 2017**, na Sala CT-01 do edifício do Ministério do Meio Ambiente na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima sétima Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

Ana Paula Leite Prates – ICMBio
Bianca Luiza Reinert – FBOMS
Breno Melo - WWF-Brasil
Bruno Abe Saber Miguel – SRHQ/MMA
Cristina Cuiabália Neves – Sítios Ramsar
Débora Calheiros - Rede Pantanal
José Pedro de Oliveira Costa – SBio/MMA
Juliana Bosi de Almeida – BirdLifeInternational/SAVE Brasil
Kleber Souza dos Santos – MAPA
Maira Smith – FUNAI
Marcelo Bohlke – MRE
Márcia Nogueira Franceschini – SEDR/MMA
Nelson Ananias Filho – CNA
Ricardo Brasil Choueri – ANA
Yara Schaeffer – Rede MangueMar

DEMAIS PRESENTES:

Adriana Leão - ICMBio
Anny Linhares - Associação Quilombolas Bom Jesus
Antônio Calazans Reis Miranda – SRHQ/MMA
Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza – SBio/MMA
Carolina Tavares da S. Bernardo – BirdLifeInternational/SAVE Brasil
David Guimarães Rocha – SRHQ/MMA
Maria do Socorro Lima Castello Branco - ANA
Maurício dos Santos Pompeu – SBF/MMA
Paula Moraes Pereira - SBio/MMA
Paulo - Representante dos quilombolas
Suelma Ribeiro Silva - ICMBio

1. Abertura

O Sr. José Pedro de Oliveira Costa, presidente do CNZU e Secretário da Secretaria de Biodiversidade - SBio/MMA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitou a todos que se apresentassem.

Em sua fala, informou que a conservação das áreas úmidas, por meio da implementação da convenção Ramsar tem sido prioridade do Ministério, o que vem resultando na indicação de novos Sítios Ramsar e valorização desse título internacional. Aproveitou a oportunidade para agradecer a Agência Nacional de Águas pelo apoio financeiro para a realização da reunião.

2. Aprovação da Ajuda Memória da 15ª Reunião Ordinária do CNZU

A Ajuda Memória da 16ª Reunião Ordinária do CNZU foi aprovada.

3. Informes

Novos Sítios Ramsar: Informou-se que foram recentemente designados pela Convenção os seguintes Sítios Ramsar:

Novo Sítio Ramsar	Estado	Data do reconhecimento
Parque Nacional do Viruá	RR	22/03/2017
Parque Nacional de Anavilhanas	AM	22/03/2017
Reserva Biológica do Guaporé	RO	22/03/2017
Estação Ecológica do Taim	RS	22/03/2017
Parque Nacional Marinho /APA Fernando de Noronha	PE	05/06/2017
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	PR	05/06/2017
Lund-Warming/APA Carste de Lagoa Santa	MG	05/06/2017

E outras três candidaturas estão sob análise de Ramsar, quais sejam:

Área de Proteção Ambiental de Guaratuba	PR	-
Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe	SP	-
Parque Nacional Ilha Grande	PR	-

Dia mundial de áreas úmidas: Informou-se que, como vem ocorrendo tradicionalmente, este ano o MMA traduziu o material de divulgação disponibilizado por Ramsar, a respeito do tema "áreas úmidas para a redução de riscos de desastres". Este ano contamos com o apoio o INAU na adaptação do material para a realidade brasileira. Além disso, novamente o Brasil se destacou no concurso de fotografias de Ramsar, por ter um número expressivo de fotos candidatas e por termos uma foto brasileira entre as finalistas e mais comentadas.

Inventário Nacional de Áreas Úmidas: Informou-se que a SBio finalizou recentemente uma consultoria, que produziu mapas para o inventário, e que há planos para contratação de um novo consultor que auxiliará na consolidação das informações prestadas pelos especialistas em áreas úmidas. Para isso, oportunamente a SBio contatará para contribuírem com o documento.

Iniciativas Regionais: Recordou-se que o Brasil participa de iniciativas regionais criadas no âmbito de Ramsar: Bacia do Prata, e Manguezais e Corais, além da iniciativa da Amazônia, criada mais recentemente. A da Bacia do Prata tem sido representada pela Agência Nacional de Águas e a de Manguezais e Corais, pelo ICMBio. A primeira reunião da Amazônia ocorreu em abril deste ano, na Colômbia, com a participação do MMA. Naquela oportunidade, o Secretário da SBio reforçou a importância da conectividade dos ecossistemas, sobretudo para as áreas úmidas, e que os Sítios Ramsar poderiam ser o pano de fundo para projetos neste sentido.

Acordou-se que os relatórios das iniciativas serão disponibilizados a todos.

Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade: Mencionou-se que os processos para atualização das áreas prioritárias da Amazônia, Zona Costeira e Marinha, Pampa e Mata Atlântica estão em curso com a contratação de empresas:

Amazônia: Contratação do consórcio MPEG, WWF e TNC

Zona Costeira e Marinha: Contratação do consórcio WWF e CI

Pampa: Em processo para contratação

Mata Atlântica: Em processo para contratação

O Diretor do Departamento de Conservação de Ecossistemas, o Sr. Carlos Scaramuzza, informou que está em curso, também, a construção de um módulo de apoio à tomada de decisões das áreas prioritárias, onde as informações e todo o processo de atualização serão organizados de forma mais eficiente.

Impacto Ambiental no Sítio Ramsar Parque Estadual do Rio Doce: Em resposta à Recomendação CNZU nº 8/2017, a Secretaria Executiva do CNRH encaminhou documento que informa: i) a criação de um GT com o objetivo de discutir propostas para melhoria da segurança de barragens no país no âmbito do CNRH; e promoção e apoio a discussões em oficinas de trabalho: Subsídios para rever a Lei 12.334 sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e das Resoluções CNRH nº 143 e 144, relacionadas ao tema; ii) que a Secretaria Executiva do CNRH entende pertinente o aprimoramento da articulação entre CNRH e CONAMA; e iii) que o MMA instituiu um GT com a finalidade de coordenar a posição ambiental na esfera federal, relacionada ao acidente ocorrido com o rompimento da Barragem do Fundão.

A Fundação RENOVA encaminhou documento que cita o "Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC", no âmbito da Ação Civil Pública, no qual a

Samarco e suas acionistas teriam assumido o compromisso no sentido de reparar os impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do acidente.

Já o ICMBio cita a elaboração de documento para orientar o programa de monitoramento a ser realizado no âmbito do TTAC, cuja área de amostragem vai do sul do Espírito Santo até o sul da Bahia, englobando o PARNA dos Abrolhos; e menciona que, “quanto ao PE do Rio Doce, o TTAC prevê a elaboração de estudos sobre o impacto da lama sobre aquela unidade de conservação, e que as diretrizes estão em elaboração pelo IEF de MG”.

Estratégia de Implementação de Ramsar no Brasil: Recordou-se que a SBio/MMA contratou um consultor para auxiliar na elaboração de uma estratégia para implementação de Ramsar, com foco nos Sítios Ramar, no Brasil. O documento está sendo conformado de modo a orientar ações que auxiliem na conservação e o uso racional de nossas áreas úmidas, tendo como objetivos: 1) Implementar os Sítios Ramsar através de princípios comuns, orientados pela convenção e respeitando as especificidades locais e nacional; e 2) Fomentar ações transversais de âmbito nacional para a conservação das áreas úmidas.

Foi lembrado que nos dias 8 e 9 de agosto de 2017 ocorrerá uma oficina de trabalho para desenvolver a "estratégia". Foram convidados todos os gestores dos sítios Ramsar e das UCs candidatas a Sítios, bem como os membros do CNZU e outros especialistas a serem indicados.

Campanha da fraternidade da igreja católica de 2017: A representante da Rede MangueMar, Yara Novelli, pediu a palavra para recordar que o tema da campanha da fraternidade de 2017 é "Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida", e que os manguezais são citados no hino da campanha.

Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil: Yara Novelli também informou que o IBGE lançou a versão WEB do Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil, que contém informações sobre os oceanos e o litoral brasileiro, em suas dimensões histórica, demográfica, econômica, social, cultural e natural. O atlas pode ser acessado em: <http://www.ibge.gov.br/apps/atlasmar/>.

Seminário sobre o Rio Doce: Maria do Socorro Lima Castello Branco, assessora da ANA, informou que nos dias 24 e 25 de agosto ocorrerá um seminário a respeito do Rio Doce, promovido pela Agência Nacional de Águas, o CNRH e o MMA.

Revista "Biodiversidade Brasileira" do ICMBio: A representante do ICMBIO, Ana Paula Prates, informou que o ICMBio irá publicar uma edição da revista cujo tema é "Diagnóstico e Manejo de áreas úmidas em áreas protegidas", e está com edital em aberto para submissão de artigos até dia 30 de outubro.

4. Sítios Ramsar no Brasil em escala regional

Kleber Souza dos Santos, representante do MAPA, questionou se o foco da criação dos Sítios continuaria sendo Unidades de Conservação ou se haveria a possibilidade de novas abordagens.

Aproveitando a pergunta do Kleber, Carlos Scaramuzza apresentou uma proposta para ampliar a escala de novos Sítios, não obstante as eventuais candidaturas de áreas protegidas isoladamente, como tem ocorrido historicamente.

Em sua apresentação, recordou que, ao designar áreas de importância internacional para conservação e uso sustentável de áreas úmidas - Sítios Ramsar, o País se compromete com conservação de suas características ecológicas.

Mencionou que o MMA continuará apoiando sítios Ramsar em UCs, e que a estratégia de implementação de Ramsar deverá prever ações relacionadas: ao aumento da participação social na governança dos Sítios; a troca de experiências e capacitação continuada dos gestores; à melhora da gestão e monitoramento; à incorporação dos cenários de mudanças climáticas; à ampliação da visitação pública; e à gestão integrada da paisagem.

Lembrou que Ramsar versa sobre conservação e uso sustentável das áreas úmidas de uma maneira geral. Nesse sentido, o Brasil possui instrumentos de gestão ambiental e de recursos hídricos suficientes para conservação das áreas úmidas, mas devem ser melhor evidenciados quando da implementação em Sítios Ramsar.

Argumentou que a conservação das áreas úmidas depende de uma visão ampliada de gestão, numa escala regional, onde são considerados os aspectos da conectividade ecológica para manutenção de processos e serviços ecossistêmicos; a gestão integrada do território e dos instrumentos de gestão; e uma estrutura de governança na escala adequada. Nesse sentido, o título de sítio Ramsar em uma região maior seria o pano de fundo para gestão integrada de UCs, TIs, RL/APPs e outras instâncias territoriais, ao abrigo de uma estrutura de governança capaz de gerir a região de forma coordenada, e com foco na conservação de áreas úmidas.

Para garantia da efetividade dos sítios nesta escala, critérios para elegibilidade deveriam ser considerados, tais como: i) território com tamanha relevância que justifique o esforço institucional, político, financeiro e técnico para garantir sua implementação; ii) envolvimento de lideranças e atores regionais para o desenvolvimento de projetos na lógica territorial proposta; e iii) existência de uma iniciativa de coordenação/cooperação.

Ademais, o Sítio Ramsar deveria assumir alguns compromissos, sejam obrigatórios ou desejáveis:

Compromissos obrigatórios:

- Instância de governança formalizada;
- Avaliação periódica de efetividade do Sítio;
- Elaboração do plano de gestão;
- Mecanismos de comunicação para a sociedade e ao CNZU.

Compromissos desejáveis:

- Elaboração de uma “proposta de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água” dos rios presentes no Sítio;
- Articulação com os Comitês de Bacia Hidrográficas, quando existentes.

Ao final de sua apresentação, mostrou o caso da região do rio Negro, na região amazônica, onde cerca de 70% de seu território está em área protegida (UCs e TIs) e existem iniciativas de articulação entre instituições que visam ações de conservação.

Maira Smith, representante da FUNAI, lembrou que Terras Indígenas são áreas protegidas, e por isso são potenciais sítios Ramsar. Como o tema não é de amplo conhecimento daqueles que lidam com os indígenas, seria oportuno uma apresentação sobre Ramsar no Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, responsável pela coordenação da execução da política, e integrado por representantes governamentais e representantes indígenas.

Na sequência, Adriana Leão (ICMBio) explicou sobre a região dos manguezais do Norte, onde o ICMBio já está trabalhando em uma proposta de sítio Ramsar regional, em articulação com os Estados. Nesse momento, Márcia Nogueira Franceschini (SEDR/MMA) explicou que as comunidades presentes na região dos manguezais do Maranhão poderiam ser envolvidos e contribuir com a proposta de Sítio Ramsar.

Débora Calheiros (Rede Pantanal) aproveitou para informar que há intenção de se candidatarem as unidades de conservação Estação Ecológica de Taiamã, Parque Estadual do Guirá (MT) e RPPN JUBRAN, todas na região do Pantanal Matogrossense. Além disso, solicitou que fossem envidados esforços para a criação de novas Resex no bioma. Nesse momento, o Secretário da SBio/MMA informou que o Pantanal é uma região prioritária e que há estudos para ampliação do Parna Pantanal Matogrossense.

Carlos Scaramuzza informou que a SBio/MMA está em processo de contratação de consultores para elaborarem propostas de criação de sítios Ramsar na escala regional, além de auxiliar na construção dessa nova proposta de sítios Ramsar regionais.

5. Processo para renovação das ONGs no CNZU

Carlos Scaramuzza iniciou as discussões a respeito do processo para renovação das ONGs no CNZU lembrando que, segundo a Portaria MMA nº 25/2016, que instituiu "os procedimentos operacionais para condução do processo eleitoral das organizações da sociedade civil ambientalistas com atuação em áreas úmidas no CNZU", é necessário criar a "comissão eleitoral", que terá a função de homologar as candidaturas, validar o resultado final da eleição e decidir sobre recursos interpostos durante o processo eleitoral. Ela deve ser composta por i) um representante da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que exercerá a presidência da Comissão; ii) um representante de organizações da sociedade civil ambientalistas; e iii) um representante da comunidade acadêmica e científica.

Yara Novelli (Rede MangueMar) tomou a palavra para expressar a dificuldade das ONGs em se cadastrarem no CNEA, pré-requisito para participação do processo, seja com candidato a membro ou como votante na eleição. O problema reside na dificuldade de cumprir com as condições para o cadastramento, como a exigência de uma série de documentos.

Débora Calheiros (Rede Pantanal) relatou que foi encaminhado um questionamento à PGR a respeito do processo de definição das ONGs no CNZU. Nesse

momento, Maurício Pompeu (SBio/MMA), resgatou o histórico de construção da Portaria MMA nº 25/2016, lembrando que a proposta de utilização do CNEA, aos moldes do processo eleitoral do CONAMA, foi apresentada pela FBOMS e acordada com outras ONGs em reuniões específicas e durante a 15ª reunião CNZU.

Carlos Scaramuzza reiterou a necessidade de cumprimento do processo acordado e que ele precisa ser testado, para então ser avaliado quanto à sua efetividade na definição dos representantes no CNZU.

Ao final, acordou-se que, para composição da comissão eleitoral, o representante da SBio/MMA será provavelmente o analista ambiental Maurício Pompeu, e que o representante das ONGs deverá ser indicado pelos representantes atuais no CNZU, e que a SBio sondará o interesse das representações da academia no CNZU de participarem do processo.

Acordou-se que o calendário eleitoral será proposto assim que possível, conforme as datas de reunião do CNEA, uma vez que poderão ser apreciadas novas proposições de cadastramento. Em seguida, o MMA irá publicar o edital eleitoral, com as datas e procedimentos cabíveis, conforme previsto na Portaria MMA nº 25/2016.

6. Proposta de recomendação sobre carcinicultura em manguezal

Foi dito que a demanda pela recomendação originou-se na 16ª CNZU, e que a Yara Novelli elaborou uma primeira minuta, a qual foi submetida a todos membros, por e-mail, para apreciação e considerações. Poucos se manifestaram à época e a votação por e-mail não foi possível.

A partir daí, algumas sugestões foram incorporadas à minuta e foram avaliadas na 17ª CNZU. Representantes do CNZU, diante de tais alterações, manifestaram-se desfavoráveis às alterações e sugeriram a retirada da recomendação da pauta.

Após discussões, encaminhou-se para a seguinte votação:

- a) Retirar a recomendação da pauta (10 votos);
- b) Reativar a Comissão Técnica de Manguezais para rediscutir a recomendação (2 votos).

Após a apuração da votação, ressaltou-se que a reativação da CT de Manguezais independe da discussão da recomendação, uma vez que há demanda para seu funcionamento, sobretudo para avaliar os resultados do Projeto Manguezais do Brasil, coordenado pelo ICMBio.

7. Ameaças e oportunidades na Baixada Maranhense

Márcia Franceschini (SEDR/MMA) apresentou os trabalhos junto às comunidades tradicionais da região de Matinha/MA, sob coordenação da SEDR/MMA. Na sequência, o representante dos quilombolas contextualizou os conflitos na região em um mapa da região, explicitando que a criação dos búfalos tem causado grandes danos às comunidades.

Acordou-se, ao final, que a SEDR/MMA irá propor uma Recomendação CNZU visando a elaboração do Plano de Manejo do Sítio Ramsar APA Baixada Maranhense, que contemple um "protocolo comunitário" ou "plano de vida"; e que recomende o acompanhamento da implementação do Sítio Ramsar pelo CNZU.

8. Propostas de recomendações CNZU

Após a leitura e discussões das minutas de recomendações encaminhadas pela representantes da Rede Pantanal, acordou-se o seguinte:

8.1. Proposta de recomendação que "Dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que visa estabelecer a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal": A representante da Rede Pantanal, Débora Calheiros, fará nova proposta de redação em colaboração com a representante dos Sítios Ramsar, Cristina Cuiabália. Posteriormente, a nova versão será disponibilizada aos demais membros do CNZU.

8.2. Proposta de recomendação que "Dispõe sobre a necessidade da definição e elaboração de uma Zona de Amortecimento e disciplinando a sua ocupação no Pantanal Mato-grossense": Supressão da recomendação.

8.3. Proposta de recomendação que "Dispõe sobre o cultivo de grãos e pastagens plantadas no bioma Pantanal": A recomendação será melhor redigida, para então ser encaminhada aos demais membros do CNZU.

8.4. Proposta de recomendação que "Dispõe sobre a suspensão dos licenciamentos de hidrelétricas e da Hidrovia Paraguai-Paraná em seu Tramo Norte até que o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai seja finalizado e aprovado pelo CNRH": A recomendação será melhor redigida, para então ser encaminhada aos demais membros do CNZU.

9. Outros assuntos

A SBio/MMA solicitará à secretaria executiva do CNRH as justificativas que motivaram o posicionamento daquele colegiado frente à proposta de conceito de recursos hídricos apresentado na Recomendação CNZU nº 7/2015. Neste contexto, entendeu-se que o assunto poderá ser retomado quando da próxima revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

10. Encaminhamentos

10.1. Acordou-se que os relatórios das iniciativas regionais de Ramsar serão disponibilizados a todos;

10.2. Acordou-se que a comissão eleitoral para eleição dos representantes de ONGs no CNZU será composta por: i) representante da SBio/MMA a ser indicado; ii) representante das ONGs, a ser indicado pelos representantes atuais no CNZU; e iii) representante da academia, e para isso a SBio/MMA sondará o interesse das representações da academia no CNZU;

10.3. Acordou-se que o calendário eleitoral das ONGs será proposto assim que possível, conforme as datas de reunião do CNEA, uma vez que poderão ser apreciadas novas proposições de cadastramento. Em seguida, o MMA irá publicar o edital eleitoral, com as datas e procedimentos cabíveis, conforme previsto na Portaria MMA nº 25/2016;

10.4. Acordou-se que a SEDR/MMA irá propor uma Recomendação CNZU visando a elaboração do Plano de Manejo do Sítio Ramsar APA Baixada Maranhense pela SEMA/MA, que contemple um "protocolo comunitário" ou "plano de vida"; e que recomende o acompanhamento da implementação do Sítio Ramsar pelo CNZU;

10.5. As propostas de recomendação CNZU que "Dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado no 750, de 2011, que visa estabelecer a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal"; "Dispõe sobre a necessidade da definição e elaboração de uma Zona de Amortecimento e disciplinando a sua ocupação no Pantanal Mato-grossense"; "Dispõe sobre o cultivo de grãos e pastagens plantadas no bioma Pantanal": A recomendação será melhor redigida, para então ser encaminhada aos demais membros do CNZU; e "Dispõe sobre a suspensão dos licenciamentos de hidrelétricas e da Hidrovia Paraguai-Paraná em seu Tramo Norte até que o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai seja finalizado e aprovado pelo CNRH" serão revistas e apreciadas oportunamente.

11. Encerramento

Ao final, sob a condução do analista ambiental e ponto focal técnico de Ramsar no Brasil, Maurício Pompeu, deu-se por encerrada a décima sétima reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.